



A construção da paisagem na educação geográfica. Uma leitura desde Portugal

Sérgio Claudino¹

A paisagem tem uma grande tradição numa ciência geográfica frequentemente definida pela interação dos elementos físicos e humanos à superfície terrestre, como o faz a Escola Regional francesa, que tanto marcou (e marca) a Geografia portuguesa e de outros países. Na paisagem, reconhecem-se e interagem aqueles elementos.

No ensino de Geografia, a paisagem está escassamente presente no discurso escolar do século XIX. Surge episodicamente no final desse século, em manuais escolares de autores cultos como João Lacerda (1884) ou Manuel António Ferreira-Deusdado (CLAUDINO, 2001). Com a reforma de Jaime Moniz, de 1895, no programa de Geografia da 2ª classe/ano, surgem, pela primeira vez, as paisagens de Portugal, definidas pela natureza e pelo homem nas diferentes regiões (*Diário do Governo* nº 208, de 16 de setembro). A paisagem, entendida como produto da interação entre a natureza e os grupos humanos perdura, no essencial, até à atualidade.

A influência do mais influente geógrafo português da Escola Regional, Orlando Ribeiro, faz-se sentir no ensino de Geografia sobretudo após o 25 de abril de 1974, quando o próprio começa a perder protagonismo académico (CLAUDINO, 2008). Os programas do Estado Novo são substituídos por novos programas, elaborados pelos seus discípulos formados na Universidade de Lisboa. No 1º ano de Geografia/7º ano de escolaridade, emerge a paisagem como objeto de estudo da Geografia, sendo esta muitas vezes definida como a “ciência das paisagens”. Os alunos observam fotografias dos manuais escolares, onde identificam os seus elementos naturais e humanos e classificam as paisagens em função da presença dos mesmos; com menos frequência, diferenciam-se os elementos presentes nos diferentes planos. As rotinas escolares são rígidas, o ensino tradicional predomina e não é fácil ao professor mais voluntarioso sair da sala de aula com os seus alunos. São raras as deslocações de alunos e professores para fora da escola, a fim de se proceder à observação direta de paisagens e ao comentário das mesmas. Esta observação ocorre durante o trabalho de campo da disciplina, mais pontual, quando é realizado.

¹ Investigador do Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Edifício IGOT, Rua Branca Edmée Marques 1600-276, Lisboa e Laboratório Terra, Portugal. E-mail: sergio@campus.ul.pt



O discurso da Geografia anglo-saxónica, vinculado à Nova Geografia, que emerge nos anos 70, teve uma difícil penetração nos ensinos básico e secundário. Entretanto, a Geografia Académica, após distanciar-se dos modelos pouco humanizados da Geografia anglosaxónica, recupera o seu interesse pela paisagem, numa abordagem mais holística e sensorial da mesma. A *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, publicação de referência em Portugal, lança em 2001 um número temático sobre Paisagem (vol. XXXVI, nº 72), que esta “volta a “estar na moda”” e tem uma dimensão sobretudo visual (ALCOFORADO, p. 8) - homenageia-se, precisamente, a Orlando Ribeiro, desaparecido há poucos anos. Esta revista organiza, no ano seguinte, um Colóquio sobre a Paisagem, lembrando-se que o tema era “muito grato” a Orlando Ribeiro (RAMOS et al, 2002, p. 193). Entre outros artigos, contam-se um da autoria do próprio Orlando Ribeiro (já desaparecido) e um outro de Jorge Gaspar, protagonista português da Nova Geografia, cujo título era, expressivamente, “O retorno da paisagem à geografia. Apontamentos místicos”. De forma significativa, não há qualquer abordagem sobre a paisagem no ensino básico e secundário, na revista ou no colóquio. São mundos divorciados entre si.

Fora da Academia, permanece no ensino de Geografia o discurso dual das paisagens naturais e humanizadas, na realidade cada vez mais desprovido de significado (no mundo, na Europa ou em Portugal e numa era de “Antropoceno”, surge cada vez mais difícil abordar paisagens não transformadas pela ação humana). No começo do presente milénio, as Orientações Curriculares de Geografia (CÂMARA et al, 2001) conferem grande centralidade à paisagem; pretende-se aprofundar o significado das mesmas, designadamente como “património comum, um valor social relacionado com o lazer, o ambiente, a qualidade de vida, a cultura, etc” (idem, p. 7). Este discurso não é, contudo, transposto para os livros escolares; a paisagem “é tudo o que nós vemos, o que a nossa visão alcança” (MOTA; NUNES, 2012, p. 12), mais do que um valor social. Já nas Metas Curriculares, de 2013, a Geografia é definida como ciência dos territórios, apelando-se à diferenciação das paisagens segundo o seu grau de humanização – no essencial, permanece o discurso da Geografia como ciência da paisagem.

Nos programas atualmente em vigor, as Aprendizagens Essenciais, para o 7º ano (12/13 anos), a “Descrição da paisagem” surge como tópico inicial, numa abordagem muito empírica da mesma, em que se confere destaque às “unidades de paisagem” (REPÚBLICA PORTUGUESA. EDUCAÇÃO, 2018, p. 12). Os manuais tendem a repetir esta abordagem. Uma conhecida autora escolar portuguesa define a paisagem como “o espaço visível de um dado ponto”, marcado pelo dinamismo, devido a fatores “naturais e humanos” (RODRIGUES, 2021, p. 31).

O esforço de uma abordagem multidimensional da paisagem, presente no programa de 2001, não teve, afinal, sequência nas reformas seguintes. Na continuidade da abordagem crítica de Yves Lacoste à “Geografia dos Professores”, a abordagem da paisagem poderá ser acusada de obstaculizar a leitura política e económica dos fenómenos geográficos, que subjazem para além da visibilidade das paisagens (LACOSTE, 1983). Mas, como o demonstram



também alguns projetos desenvolvidos em Portugal no âmbito do ensino de Geografia (Projeto Nós Propomos, do IGOT-ULisboa, e o Projeto Tejo, com grande protagonismo da Associação de Professores de Geografia), a paisagem constitui um objeto de estudo que mobiliza uma Geografia multifacetada, integradora, num planeta em que as distinções entre os fenómenos físicos e humanos surgem cada vez mais descabidos face à emergência ambiental. Sem que a educação geográfica nunca se tenha afastado da abordagem da paisagem, mas sendo esta abordagem muitas vezes redutora, vale a pena propor, também aqui, um “regresso à paisagem”. Imaginemos os alunos a observarem e a interpretarem, desde logo, a paisagem próxima, a desenharem-na, a definirem em duas ou três palavras o que ela lhes evoca, a fotografá-la, a debatê-la. Seguramente, um desafio com futuro.

